

Notificação de Cumprimento – Intimação para Apresentação de Provas

Processo: 1234/2026 – Despedimento por Justa Causa – Uso Indevido de Email Corporativo

Tribunal: Tribunal Judicial do Trabalho de Lisboa – Secção de Lisboa

Juíza: Dr.^a Maria de Lurdes Santos

Parte	Representação	NIF
Requerente – José Manuel da Silva	Dr. António Ribeiro (OA 12345) Escritório: Rua da Prata, 45, 1.º Esq., 1100-405 Lisboa	212 345 678
Requerido – Empresa XYZ, Lda.	Dra. Sofia Carvalho (OA 67890) Escritório: Avenida da República, 120, 3.º Esq., 1050-150 Lisboa	50 123 456 789

1. Fundamentação jurídica

1.1. Em cumprimento do **Despacho de Produção de Provas** proferido nos autos ao abrigo do artigo 382.º do Código de Processo Civil (CPC), bem como dos artigos 340.º e 341.º do Código do Trabalho, a presente **Notificação de Cumprimento** tem por objetivo intimar a empresa requerida a apresentar, no prazo legal, os documentos e elementos de prova que foram solicitados.

1.2. O despacho referido, datado de **5 de janeiro de 2026**, determinou que a parte requerida produza, no prazo de **10 (dez) dias úteis**, os seguintes documentos:

N.º	Descrição da Prova Solicitada
1	Cópia integral da caixa de correio eletrónico corporativo (email) do trabalhador José Manuel da Silva, relativa ao período de 1 de julho de 2023 a 30 de junho de 2025.
2	Registo de auditoria interna que comprove a existência de políticas internas sobre uso de email corporativo, incluindo data de divulgação e assinatura dos colaboradores.
3	Comunicações internas (circular, memorando ou email) que informem, previamente ao despedimento, o trabalhador acerca da eventual sanção por uso indevido do email.
4	Contrato de trabalho, aditivo(s) e regulamento interno da empresa que contenham cláusulas relativas ao dever de lealdade e ao uso de meios de comunicação da empresa.
5	Qualquer outra documentação que a empresa considere pertinente para demonstrar a inexistência de violação grave dos deveres contratuais.

2. Prazo para cumprimento

2.1. **Prazo legal:** A parte requerida tem o prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados a partir da data de receção desta notificação, para apresentar as provas requeridas.

2.2. **Data limite:** **29 de março de 2026** (último dia útil dentro do prazo). Caso o dia 29 seja feriado ou fim de semana, o prazo será automaticamente prorrogado para o próximo dia útil, nos termos do artigo 219.º do CPC.

2.3. **Forma de entrega:** As provas deverão ser apresentadas por meio de:

- **Entrega presencial** na secretaria do Tribunal Judicial do Trabalho de Lisboa, situada na Rua da Boa-Hora, 9, 1050-066 Lisboa; ou

- **Remessa eletrónica** através da plataforma “e-Proc” do Ministério da Justiça, mediante upload dos documentos em formato PDF/A-1b, devidamente assinados digitalmente pelos mandatários.

3. Consequências do incumprimento

3.1. Nos termos do artigo 383.º do CPC, o não cumprimento do despacho no prazo legal implicará a **admissão de nulidade de atos processuais** que dependam da produção das referidas provas, bem como a **aplicação de sanções pecuniárias** ao requerente, nos termos do artigo 349.º do CPC, caso se verifique resistência injustificada.

3.2. A parte requerida será ainda considerada em **confissão ficta** quanto à inexistência das provas solicitadas, nos termos do artigo 352.º do CPC, podendo tal situação prejudicar a sua defesa e influenciar negativamente a decisão final do processo.

4. Comunicação e contactos

Mandatário do Requerente	Telefone	Email
Dr. António Ribeiro	+351 21 123 4567	antonio.ribeiro@advocacia.pt

Mandatário do Requerido	Telefone	Email
Dra. Sofia Carvalho	+351 21 987 6543	sofia.carvalho@advocacia.pt

Qualquer dúvida ou necessidade de esclarecimento deverá ser dirigida ao **Juízo**, através da secretaria do tribunal, pelos contactos acima indicados.

5. Conclusão

Em face do exposto, **intimamos** a empresa **XYZ, Lda.**, representada pela Dra. Sofia Carvalho, a cumprir integralmente o despacho de produção de provas, apresentando os documentos enumerados no ponto 1.2, dentro do prazo legal fixado, sob pena das sanções previstas na legislação processual.

Lisboa, **15 de março de 2026**

Juíza:

Dr.ª Maria de Lurdes Santos

Secretária Judicial:

Ana Martins

Esta notificação foi emitida eletronicamente e tem validade jurídica nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que regula o processo eletrónico.